

SERGIO CAVALIERI FILHO

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL



revista,
atualizada
e ampliada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 21.04.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- As seis primeiras edições deste livro foram publicadas pela Editora Malheiros.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C368p
Cavaliere Filho, Sergio

Programa de responsabilidade civil / Sergio Cavaliere Filho. – 16. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5977-520-0

1. Responsabilidade (Direito) – Brasil. I. Titulo.

23-83488

CDU: 347.51(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO

Introdução	1
Sistema Brasileiro de Responsabilidade Civil	1
I – De um sistema singelo a um sistema complexo.....	1
II – Fatores da evolução.....	2
III – As cláusulas gerais de responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002	5
IV – O diálogo das fontes	6
V – O futuro da responsabilidade	7
VI – Os riscos coletivos e difusos	7
Capítulo I – Responsabilidade	11
1 Conceito	11
1.1 Dever jurídico originário e sucessivo.....	11
1.2 Distinção entre obrigação e responsabilidade	12
1.2.1 Da obrigação de indenizar	13
2 Posicionamento da responsabilidade na teoria geral do Direito	15
2.1 Fato jurídico	15
2.2 Ato jurídico e negócio jurídico	16
2.3 Ato ilícito.....	16
2.4 Duplo aspecto da ilicitude	18
2.5 Ato ilícito em sentido estrito e amplo	19
2.5.1 Ilicitude e nulidade – distinção	22
3 Função da responsabilidade civil.....	22
3.1 Princípio da reparação integral.....	22
3.1.1 O parágrafo único do artigo 944 do Código Civil e o princípio da reparação integral.....	24
4 Espécies de responsabilidade	24
4.1 Responsabilidade civil e penal	25
4.2 Responsabilidade contratual e extracontratual.....	25
4.3 Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	27
4.4 Responsabilidade nas relações de consumo	27
5 Pressupostos da responsabilidade subjetiva	28
5.1 Exclusão de ilicitude.....	28
5.2 Indenização ou ressarcimento por ato lícito?.....	31
5.3 Quadro sinótico da responsabilidade civil.....	34

Capítulo II – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Conduta Culpável.....	35
6 A conduta.....	36
6.1 Conceito.....	36
6.2 Ação.....	36
6.3 Conduta omissiva.....	37
6.4 Fato próprio, de outrem e da coisa.....	37
7 A imputabilidade.....	38
7.1 Conceito.....	38
7.2 Elementos.....	38
7.3 Menoridade.....	39
7.4 Insanidade.....	39
7.5 Responsabilidade dos incapazes.....	40
8 A culpa <i>lato sensu</i>	41
8.1 Dolo e culpa – distinção.....	43
8.2 Dolo – conceito.....	44
8.3 Elementos.....	44
8.4 Culpa – <i>stricto sensu</i>	45
8.5 O dever de cuidado.....	45
8.5.1 Erro de conduta.....	46
8.5.2 Aferição da culpa.....	47
8.6 Conceito.....	48
8.7 Elementos da conduta culposa.....	48
8.8 Previsão, previsibilidade e imprevisibilidade.....	49
8.9 Falta de cuidado.....	50
8.10 Imprudência, negligência e imperícia.....	50
9 Espécies de culpa.....	50
9.1 Culpa grave, leve e levíssima.....	50
9.1.a O parágrafo único do art. 944.....	51
9.2 Culpa contratual e extracontratual.....	52
9.3 Culpa <i>in eligendo, in vigilando e in custodiando</i>	52
9.4 Culpa presumida e culpa contra a legalidade.....	52
9.5 Culpa concorrente.....	55
Capítulo III – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Nexo Causal.....	59
10 Conceito.....	59
11 Teorias.....	61
11.1 Teoria da equivalência dos antecedentes.....	61
11.2 Teoria da causalidade adequada.....	62
12 A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil.....	63
12.1 O artigo 403 do Código Civil.....	65
12.2 Direito comparado.....	66
13 Aplicação da teoria da causalidade adequada – casos concretos.....	67
13.1 Primeiro caso.....	67

13.2	Segundo caso.....	68
13.3	Mitigação do nexa causal.....	70
13.4	Concorrência de causas e não culpa concorrente.....	72
14	Concausas	74
14.1	Concausas preexistentes.....	74
14.2	Concausas supervenientes ou concomitantes	75
14.3	Coparticipação. Causalidade comum	76
14.3.1	Causalidade alternativa	77
14.3.2	Relação de causalidade e solidariedade passiva	77
14.3.2.1	A relação de causalidade é elemento imprescindível para a caracterização da solidariedade passiva nas obrigações decorrentes de ato ilícito	79
14.3.2.2	O nexa causal é indispensável para a caracterização da solidariedade passiva tanto na responsabilidade subjetiva como na responsabilidade objetiva	80
14.3.2.3	A solidariedade passiva nas suas relações externas e internas	80
15	Relação causal por omissão	81
15.1	A relevância jurídica da omissão	82
15.2	A disciplina da omissão no direito positivo	83
15.3	A cláusula geral da responsabilidade por omissão	84
15.4	Novos desafios da responsabilidade por omissão.....	85
15.5	Ônus da prova do nexa causal	85
16	Exclusão do nexa causal. Isenção de responsabilidade.....	86
16.1	Fato exclusivo da vítima.....	87
16.2	Fato exclusivo de terceiro.....	88
16.3	Caso fortuito e força maior – distinção	89
16.3.1	Fortuito interno e externo.....	92
16.4	Ausência de culpa e caso fortuito	92
Capítulo IV – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: O Dano		93
17	Conceitos e modalidades	93
17.1	Conceito de dano.....	93
17.2	Modalidades de dano	94
18	Dano patrimonial	94
18.1	Dano emergente.....	95
18.2	Lucro cessante	95
18.3	Princípio da razoabilidade.....	96
18.4	A perda de uma chance.....	98
19	Dano moral.....	105
19.1	Evolução doutrinária do dano moral: fase da irreparabilidade.....	108
19.2	Evolução doutrinária do dano moral: fase da inacumulabilidade do dano moral e material.....	108
19.3	Posicionamento atual	109
19.4	Configuração do dano moral	109

19.4.1	Dano moral e inadimplemento contratual	110
19.4.2	Inexistência de dano moral por fato praticado no exercício regular de direito	112
19.4.3	A prova do dano – dano moral <i>in re ipsa</i>	113
19.4.4	Legitimação para pleitear o dano moral. Indeterminação de ofendidos. Dano reflexo ou por ricochete.....	115
19.4.4.1	O prejuízo de afeição	117
19.4.5	Transmissibilidade do dano moral	118
19.5	Arbitramento do dano moral.....	120
19.5.1	Dano moral punitivo	123
19.6	Dano moral à pessoa jurídica.....	126
19.7	Dano difuso e coletivo.....	129
19.7.1	Dano moral coletivo	130
19.8	Dano estético.....	132
19.9	Dano direto e indireto – reflexo ou em ricochete.....	134
19.10	Dano à imagem	136
19.10.1	Uso da imagem de pessoa falecida. Direito próprio e novo dos herdeiros.....	138
19.10.2	Valor da indenização pelo uso indevido da imagem.....	140
19.10.3	Abandono afetivo	140
19.11	Liberdade de informação <i>versus</i> inviolabilidade da vida privada	142
19.11.1	Conceito de privacidade.....	143
19.11.2	Conceito de liberdade de expressão.....	143
19.11.3	Conceito de liberdade de informação	143
19.11.4	As duas vertentes da liberdade de informação.....	144
19.11.5	Restrição à liberdade de informação	145
19.11.6	Limite entre a vida privada e a pública.....	152
19.11.7	Direito ao esquecimento	155
19.11.8	Imunidade parlamentar e liberdade de expressão	160
19.11.9	Mitigação do dano	160
20	Liquidação do dano – critérios para a sua quantificação	161
20A	O dano emergente – critério da diferença	162
20B	Lucro cessante – critério da razoabilidade	163
20C	A perda de uma chance – critério da razoabilidade.....	163
20D	Dano moral – critério do arbitramento	164
20E	Dano coletivo, difuso e dano moral coletivo – técnica da estimativa e do valor do desestímulo.....	164
20F	Outros critérios legais	165
20G	Estimativa das partes – cláusula penal.....	165
20H	Presunção de prejuízo – juros de mora.....	165
20I	Indenização pela morte de filho menor.....	165
20J	Indenização por redução temporária ou permanente da capacidade laborativa de aposentados e pensionistas.....	166
20K	Critério da equidade.....	167
20L	Morte da vítima.....	168
20M	Lesão leve ou grave	169

20.1	Inabilitação da vítima para a profissão que exercia, mas não para outra.....	170
20.2	Pensão aos pais pela morte de filho. Termo final.....	171
20.3	Pensão a filho menor pela morte do pai. Termo final.....	171
20.4	Indenizações previdenciária e comum não se compensam – <i>compensatio lucri cum damno</i>	171
20.5	Seguro obrigatório e indenização comum. Compensação.....	173
20.6	O 13º salário.....	173
20.7	Correção monetária.....	173
20.8	Juros moratórios.....	174
20.9	Legitimados para postular a indenização.....	176
20.10	Constituição de capital para garantir a pensão.....	176
20.11	Verba honorária.....	177
20.12	Revisão do pensionamento.....	177
20.13	Prescrição e direito subjetivo.....	179
20.13.a	Decadência e direito potestativo.....	181
20.13.1	Prazos prescricionais e termo inicial.....	182
20.13.1.a	O termo inicial do prazo prescricional é a data do conhecimento da lesão ao direito e dos seus efeitos.....	182
20.13.1.b	Prazo prescricional de três anos para a pretensão de reparação civil contratual e extracontratual.....	184
20.13.1.c	Causas que impedem ou suspendem a prescrição. Cômputo do prazo prescricional transcorrido durante a lei velha e o da lei nova.....	191
20.13.2	Prazo prescricional no Código do Consumidor e no Direito Público.....	192
20.13.3	O artigo 200 do Código Civil.....	193
20.13.4	Objecções à plena aplicação do artigo 200 do Código Civil.....	196
20.13.5	O protesto cambial e o parágrafo único do artigo 202.....	200
Capítulo V – Responsabilidade Extracontratual Objetiva.....		207
21	Evolução doutrinária.....	207
21.1	Fatores da evolução da responsabilidade objetiva.....	207
21.2	Fases da evolução.....	208
22	A teoria do risco.....	209
23	Modalidades do risco.....	209
23.1	O risco proveito.....	209
23.2	O risco profissional.....	210
23.3	O risco excepcional.....	210
23.4	O risco criado.....	210
23.5	O risco integral.....	211
24	O risco e o dever de segurança.....	211
24.1	Campo de incidência da responsabilidade objetiva.....	213
25	Evolução da responsabilidade objetiva.....	213
25.1	Responsabilidade das estradas de ferro.....	213
25.2	Acidente do trabalho.....	214
25.3	Seguro obrigatório.....	218
25.3.1	Outras questões sobre DPVAT.....	219

25.4	Danos ao meio ambiente	220
25.5	Danos nucleares	222
25.6	Danos causados pela Internet	223
25.7	Outras hipóteses de responsabilidade objetiva	229
26	Socialização dos riscos	230
Capítulo VI – A Responsabilidade Objetiva no Código Civil		233
27	O abuso do direito como ato ilícito	233
27.1	Origem, conceito e finalidade	234
27.2	Teorias sobre o abuso do direito	236
27.3	Características da ilicitude do abuso do direito	236
27.4	O abuso do direito como princípio geral	237
27.5	Excesso manifesto	238
27.6	Os limites estabelecidos pela lei	239
27.6.1	Fim econômico	239
27.6.2	A jurisprudência	240
27.6.2.1	Abuso do direito processual	241
27.6.3	Fim social	244
27.6.4	Boa-fé objetiva	246
27.6.4.1	Funções da boa-fé	247
27.6.5	Bons costumes	249
28	Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco	249
28.1	Teoria do risco criado	250
28.2	Atividade normalmente desenvolvida	250
28.3	Por sua natureza implicar risco	251
29	O dever de segurança	252
30	Fato da atividade	253
31	Campo de incidência da norma	254
32	Responsabilidade dos empresários e empresas por danos causados por produtos	256
32.1	Teoria do risco da atividade empresarial	256
33	Fato do produto	256
34	O dever de segurança	257
34.1	Risco inerente ao produto	258
35	Os responsáveis	258
36	Excludentes de responsabilidade pela atividade de risco e pelo dano causado por produto	259
37	O risco do desenvolvimento	260
38	Conclusão	261
Capítulo VII – Responsabilidade por Fato de Outrem		263
39	Responsabilidade direta e indireta	263
40	Responsabilidade objetiva dos responsáveis	264
40.1	Responsabilidade subsidiária dos incapazes	266
41	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores	268
42	Exclusão da responsabilidade dos pais	268

43	Responsabilidade dos tutores e curadores.....	270
44	Responsabilidade do empregador ou comitente.....	270
45	Responsabilidade objetiva do empregador.....	270
46	Teoria da substituição.....	271
47	Campo de incidência do inciso III do artigo 932.....	271
48	Noção de preposição.....	272
49	Exoneração da responsabilidade do patrão.....	273
50	Abuso ou desvio de atribuições do empregado. Teoria da aparência.....	274
50.1	Ação regressiva e solidariedade.....	275
51	Responsabilidade das locadoras de veículos.....	275
51.1	Fundamentos da Súmula.....	276
52	Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, hotéis e similares.....	277
53	Participação gratuita no produto de crime.....	279
Capítulo VIII – Responsabilidade pelo Fato das Coisas.....		281
54	Caracterização do problema.....	281
55	A noção de guarda.....	282
55.1	A noção de guarda intelectual.....	282
56	O proprietário é o guarda presumido da coisa.....	283
57	Responsabilidade do proprietário no caso de furto ou roubo do veículo.....	284
58	Veículo emprestado.....	285
59	Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?.....	286
59.1	Inexistência de regra no Código Civil.....	287
60	Jurisprudência brasileira.....	288
60.1	Acidente em escada rolante.....	288
60.2	Acidente em elevador.....	289
60.3	Acidente imobiliário.....	289
61	Incidência do Código do Consumidor.....	289
62	Responsabilidade das empresas de <i>leasing</i> pela coisa arrendada.....	290
63	Veículo alienado, mas não transferido no DETRAN.....	291
63.1	Venda simulada.....	292
64	Responsabilidade por fato de animais.....	292
65	Natureza da responsabilidade por fato de animais.....	294
66	Responsabilidade pela ruína de edifício.....	295
67	Responsabilidade do dono do edifício.....	297
68	Culpa presumida do dono do edifício ou responsabilidade objetiva?.....	298
69	Responsabilidade por coisas caídas do prédio.....	299
70	Responsabilidade do habitante.....	300
71	Natureza da responsabilidade do habitante.....	300
Capítulo IX – Responsabilidade da Administração Pública.....		303
72	Evolução histórica.....	303
72.1	A irresponsabilidade do Estado.....	303
72.2	Concepção civilista.....	304

72.3	A teoria do órgão	304
72.4	A culpa anônima	305
72.5	A responsabilidade objetiva	306
72.6	Teoria do risco administrativo e o dever de segurança	306
72.7	Teoria do risco integral	307
73	A responsabilidade do Estado no Direito brasileiro	308
73.1	O artigo 15 do Código Civil de 1916	308
73.2	Precursores da responsabilidade objetiva do Estado	309
73.3	A Constituição de 1946	309
74	O § 6º do artigo 37 da Constituição de 1988	309
74.1	Acolhimento da teoria do risco administrativo	310
74.1.1	A questão da bala perdida	312
74.1.2	Exclusão da responsabilidade estatal	312
74.2	Concorrência de causas. Culpa concorrente	313
74.3	O sentido do vocábulo agente	313
74.3.1	A responsabilidade do agente público pelos danos causados a terceiros ou ao erário. Princípio da dupla garantia	314
74.3.1a	Legitimação passiva do agente público para a ação indenizatória	315
74.4	O sentido do vocábulo terceiros	317
74.5	Danos por omissão do Estado – omissão específica e genérica	317
74.6	Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos	322
74.6.1	Responsabilidade subsidiária do Estado e não solidária	325
74.6.2	Responsabilidade dos tabeliães, notários e oficiais de registro	326
75	Danos decorrentes de obras públicas	331
76	Danos decorrentes de coisas ou pessoas perigosas de que o Estado tem a guarda	332
77	Danos decorrentes de fenômenos da Natureza e fato de terceiro	333
78	Responsabilidade subjetiva do Estado	335
79	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de atos judiciais	336
79.1	Adeptos da tese da irresponsabilidade	337
79.2	A posição do Supremo Tribunal Federal	337
79.3	Argumentos contra a irresponsabilidade	337
79.4	Colocação do tema em face da Constituição de 1988	338
79.4.1	O artigo 5º, LXXV, da Constituição. Erro judiciário	339
79.5	Responsabilidade pela atividade jurisdicional – ato judicial típico	340
79.5.1	Responsabilidade por ato jurisdicional cautelar	342
79.6	Responsabilidade pela atividade judiciária	343
79.7	Responsabilidade pessoal do juiz	344
80	Responsabilidade por atos legislativos	345
80.1	Leis de efeitos concretos	346
80.2	Leis inconstitucionais	346
80.3	Prescrição no direito público	346
Capítulo X – Responsabilidade Contratual		349
81	Origem	349

81.1	Transmutação da responsabilidade aquiliana em contratual.....	349
82	Conceito.....	350
83	Unificação da responsabilidade.....	351
84	Diferenças entre a responsabilidade contratual e a extracontratual.....	352
84.1	Relação jurídica preexistente.....	352
84.2	Culpa presumida.....	353
85	Pressupostos da responsabilidade contratual.....	353
85.1	Existência de contrato válido.....	353
85.2	Inexecução do contrato.....	354
85.3	Dano e nexos causal.....	355
85.3.1	Excludentes da responsabilidade contratual.....	356
85.3.2	Sistema da Impossibilidade.....	357
85.3.2.a	A inexigibilidade do cumprimento da obrigação.....	358
85.3.2.b	A frustração do fim do contrato.....	359
86	Inadimplemento e mora.....	360
86.1	Mora e inadimplemento. Conceitos.....	360
86.2	Inadimplemento útil ou substancial.....	360
86.2.1	A violação positiva do contrato.....	362
86.3	Espécies de mora.....	363
87	Juros de mora e cláusula penal.....	364
87.1	Função da cláusula penal.....	364
87.2	Cláusula penal compensatória.....	364
87.3	Cláusula penal moratória.....	365
87.4	Responsabilidade pré-contratual.....	367
87.5	Responsabilidade pós-contratual.....	369
Capítulo XI – Responsabilidade do Transportador.....		373
88	O contrato de transporte: importância social e jurídica.....	373
88.1	Alguns dados estatísticos.....	373
88.2	Omissão do Código de 1916 e o tratamento jurídico do Código de 2002.....	374
89	O tríplice aspecto da responsabilidade do transportador.....	375
89.1	Responsabilidade em relação a terceiros.....	375
89.2	Responsabilidade em relação aos empregados.....	376
89.3	Responsabilidade em relação aos passageiros.....	376
90	Características do contrato de transporte de passageiros.....	376
90.1	Obrigação de segurança. Cláusula de incolumidade.....	377
91	Origem e evolução da responsabilidade contratual do transportador.....	377
91.1	A Lei das Estradas de Ferro – Decreto nº 2.681/1912.....	378
92	Presunção de responsabilidade, e não simples culpa presumida.....	379
92.1	Entendimento dominante.....	379
92.2	O advento do Código do Consumidor.....	380
92.3	O advento do Código Civil.....	381
93	Exclusão de responsabilidade do transportador.....	382

93.1	O fortuito interno e o externo.....	382
93.2	O fato exclusivo do passageiro.....	383
93.3	O fato exclusivo de terceiro.....	385
93.4	Assalto em trem ou ônibus no curso da viagem.....	386
93.5	A necessidade de um seguro social.....	390
94	Início e término da responsabilidade do transportador.....	390
94.1	Início da execução do contrato.....	391
94.2	O entendimento da jurisprudência.....	391
94.3	Início e término do transporte rodoviário.....	391
95	Transporte gratuito.....	392
95.1	Transporte aparentemente gratuito.....	392
95.2	Transporte puramente gratuito.....	393
95.3	O artigo 736 do Código Civil.....	393
95.4	Responsabilidade aquiliana.....	394
95.5	Transporte clandestino.....	395
96	A cláusula de não indenizar.....	396
97	Responsabilidade do transportador aéreo.....	396
97.1	Disciplina da responsabilidade do transportador aéreo.....	397
97.1.1	As Convenções de Varsóvia e Montreal.....	397
97.2	A Convenção de Varsóvia e o Código do Consumidor.....	398
97.2.1	O entendimento do Superior Tribunal de Justiça.....	398
97.2.2	O novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	404
97.2.3	Considerações sobre o novo entendimento do STF.....	407
97.2.4	A força maior e a responsabilidade do transportador aéreo.....	413
97.3	Transporte aéreo nacional ou interno.....	416
97.4	A responsabilidade limitada do Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código do Consumidor.....	416
97.5	Responsabilidade extracontratual do transportador aéreo.....	418
97.6	O art. 269 do Código Brasileiro de Aeronáutica.....	418
97.7	Responsabilidade por danos causados ao passageiro ou terceiros no recinto do aeroporto.....	419
98	Transporte de mercadorias.....	419
98.1	Transporte terrestre de mercadorias.....	420
98.2	Transporte aéreo de mercadorias.....	420
98.3	Transporte marítimo de mercadorias.....	422
99	Transporte de valores.....	423
100	Desnecessidade de vistoria.....	424
Capítulo XII – Responsabilidade do Construtor e do Incorporador.....		427
101	Natureza da responsabilidade do construtor.....	427
102	Responsabilidade do construtor em relação ao dono da obra.....	427
102.1	Defeito e vício da obra.....	428
103	O construtor tem obrigação de resultado e responsabilidade objetiva em relação ao dono da obra.....	429

104	Vícios e defeitos ocultos integram o conceito de solidez e segurança da obra	430
105	O alcance do artigo 1.245 do Código Civil de 1916	431
105.1	Interpretação evolutiva	431
105.2	Modificação da legislação francesa.....	433
105.3	O artigo 618 do Código Civil de 2002	433
106	Natureza do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil de 2002.....	433
106.1	Prazo de garantia e de ordem pública e não prescricional, nem de decadência	433
106.1.1	Prazo prescricional para pleitear o ressarcimento dos danos decorrentes do fato da obra	434
106.2	A responsabilidade do construtor por defeitos da obra surgidos após o prazo de garantia....	435
106.2.1	Prazo prescricional na hipótese de defeitos surgidos após o prazo de garantia ...	436
106.3	O parágrafo único do artigo 618 do Código Civil.....	438
107	Conceito de solidez e segurança da obra	440
108	Responsabilidade extracontratual do construtor.....	441
108.1	Responsabilidade solidária do dono da obra	442
108.2	Síntese conclusiva	442
109	Responsabilidade do incorporador	445
109.1	Conceito de incorporação	445
109.2	Obrigação e responsabilidade do incorporador	445
109.3	Solidariedade entre o incorporador e o construtor.....	446
109.4	Incidência do Código do Consumidor na atividade imobiliária.....	448
109.4.1	Incidência do Código do Consumidor na fase pré-contratual da incorporação	449
109.4.2	Incidência do Código do Consumidor na fase contratual da incorporação	450
109.4.3	Incidência do Código do Consumidor quanto à segurança da obra.....	451
109.4.3.1	Prescrição no CDC	452
109.4.4	Incidência do Código do Consumidor quanto à qualidade da obra.....	452
109.4.4.1	Decadência no CDC	453
109.4.4.2	O critério da vida útil.....	454
109.5	Defeito que decorre do desgaste natural do bem	455
109.6	Conclusões.....	456
Capítulo XIII – Responsabilidade dos Médicos, Advogados e de Outros Profissionais.....		457
110	Considerações gerais	457
111	Natureza da responsabilidade médica.....	457
112	A responsabilidade pessoal do médico	458
113	A prova da culpa	459
113.1	O erro profissional – a lição de Carvalho Santos.....	460
113.2	O entendimento de Nelson Hungria.....	461
113.3	O erro de diagnóstico.....	461
113.4	Síntese da jurisprudência.....	462
113.5	Equipe cirúrgica e o erro anestésico.....	462
113.6	Inversão do ônus da prova	464
113.7	Violação do sigilo profissional	465
113.8	O dever de informar	465

113.9	A perda de uma chance de cura ou sobrevivência	468
114	Cirurgia estética – obrigação de meio ou de resultado?	470
115	Responsabilidade médica empresarial – hospitais, clínicas e casas de saúde	473
115.1	Responsabilidade dos médicos e hospitais no seguro de saúde.....	477
115.2	Exclusão da responsabilidade médica	479
115.3	O risco inerente do serviço.....	480
116	Responsabilidade de outras profissões.....	481
116.1	Responsabilidade dos dentistas.....	481
117	Responsabilidade do advogado.....	482
117.1	Disciplina jurídica da advocacia	483
117.2	Aspectos da responsabilidade civil do advogado	484
117.3	Sociedade de advogados	485
117.4	Advogado profissional liberal.....	486
117.5	Responsabilidade por omissão.....	486
117.6	Obrigação de meio e de resultado – erro profissional	487
117.7	Obrigação de recorrer	488
117.8	A perda de uma chance de obter uma sentença favorável.....	489
117.9	A advocacia e o Código do Consumidor.....	491
117.10	A imunidade profissional do advogado. Ofensa irrogada em juízo	492
Capítulo XIV – Responsabilidade das Instituições Financeiras		495
118	Natureza da responsabilidade bancária	495
119	Incidência do Código do Consumidor	496
119.1	Depósitos bancários	499
119.1.1	Investimentos e aplicações financeiras	500
119.2	Cheque falsificado e outras fraudes.....	500
119.3	A Súmula 28 do Supremo Tribunal Federal.....	501
119.4	Recusa de pagamento de cheque regular.....	501
119.5	Violação do sistema eletrônico	501
119.6	Cartão de crédito	503
119.6.1	Incidência do Código do Consumidor.....	505
119.6.2	Inexistência de solidariedade entre o titular da bandeira e o emissor do cartão	506
120	Cofre bancário de aluguel – natureza jurídica	508
120.1	Responsabilidade do banco pelos bens guardados nos cofres – a cláusula de segurança....	509
120.2	A prova do dano.....	510
121	Responsabilidade extracontratual dos bancos	511
121.1	Fundamento jurídico.....	512
121.2	Protesto indevido de título	512
121.3	Responsabilidade por assalto	513
Capítulo XV – Responsabilidade do Segurador.....		517
122	Importância socioeconômica do seguro.....	517
123	Risco – elemento material do seguro	517
123.1	Conceito de seguro	518

123.2	Risco objetivo e subjetivo	519
124	Mutualismo – base econômica do seguro	519
124.1	O princípio da mutualidade	519
124.2	Os princípios da garantia e da confiança	520
124.3	Equilíbrio econômico entre risco e prêmio	520
124.4	O princípio da boa-fé. Alma do seguro	521
124.5	O princípio da solidariedade – cerne do seguro	522
125	Espécies de seguro	522
125.1	Seguro de coisas – valor de mercado	522
125.1.1	Cosseguro e seguro cumulativo	524
125.2	Seguro de pessoas	524
125.2.1	Seguro em grupo	525
125.2.2	Formação do contrato de seguro em grupo	526
125.2.3	Natureza jurídica do contrato de seguro em grupo	526
125.3	Seguro de saúde e planos privados de assistência à saúde	527
125.4	Seguro de responsabilidade civil	528
126	Contrato de adesão	529
127	Características da responsabilidade do segurador	529
127.1	Risco contratual	530
127.2	Dever de garantia – fundamento da responsabilidade do segurador	531
127.3	Cláusulas limitativas do risco	531
127.4	O seguro e a concepção social do contrato	532
127.5	Cláusulas abusivas	534
128	Excludentes de responsabilidade do segurador	536
128.1	As declarações do segurado	537
128.2	O agravamento do risco	539
128.2.1	Agravamento do risco e embriaguez	540
128.3	A fraude no seguro	542
128.4	O suicídio involuntário	543
128.5	Outros atos ilícitos do segurado ou do beneficiado pelo seguro	545
129	Questões polêmicas	546
129.1	Início da cobertura do seguro	546
129.2	Transferência do seguro	547
129.3	Ação direta do terceiro contra o segurador no seguro de responsabilidade civil	548
129.4	Ação direta do beneficiário do seguro de vida contra o segurador	550
129.5	Inexistência de ação direta do segurado contra o estipulante	550
129.6	Chamamento do segurador ao processo ou denúncia da lide?	550
129.7	A companheira como beneficiária do seguro de vida	552
130	Prescrição no seguro	552
130.1	Outras questões a serem lembradas	553
Capítulo XVI – A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo		555
131	A problemática dos acidentes de consumo	555

132	Modificações introduzidas pelo CDC na responsabilidade civil nas relações de consumo	556
132.1	Teoria do risco do empreendimento ou da atividade empresarial.....	558
132.2	Princípios fundamentais da disciplina da responsabilidade do fornecedor	558
133	A sistemática do CDC – fato do produto e do serviço	560
133.1	Fato do produto – acidente de consumo	561
133.1.1	Conceito legal de defeito	562
133.2	O dever de segurança – fundamento da responsabilidade do fornecedor.....	563
133.2.1	O nexo causal entre o defeito e o dano.....	565
133.2.2	Risco inerente e risco adquirido – distinção	565
133.2.3	Produto perigoso e produto defeituoso.....	566
133.2.4	Risco permitido.....	566
133.2.5	Defeito de informação e o dever de informar	566
133.2.6	Limites do dever de informar	567
133.3	Os responsáveis.....	568
133.4	A solidariedade passiva no Código de Defesa do Consumidor	568
133.4.1	A solidariedade passiva na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço.....	569
133.4.2	A solidariedade passiva nos serviços complexos, produzidos por cadeia de fornecedores.....	570
133.5	Responsabilidade subsidiária do comerciante	574
133.6	Fato do serviço	575
133.7	Excludentes de responsabilidade do fornecedor	577
133.8	O risco do desenvolvimento.....	583
133.9	Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i>	585
134	Responsabilidade dos profissionais liberais.....	587
134.1	Quem é profissional liberal?.....	587
134.2	Sociedades empresárias prestadoras de serviços não se enquadram na regra prescricional destinada aos profissionais liberais.....	588
135	Consumidor por equiparação	589
136	O direito de regresso.....	591
137	Responsabilidade por vício do produto e do serviço	592
137.1	Vício e defeito – distinção.....	592
137.1.1	Vício e desgaste natural	592
137.2	Responsabilidade objetiva	593
137.3	Vício do produto e vício redibitório – distinção.....	594
137.3.1	Dano <i>circa rem</i> e <i>extra rem</i>	594
137.4	Os responsáveis.....	595
137.5	Vício de qualidade	596
137.6	Mecanismos reparatórios.....	596
137.7	Vício de quantidade.....	598
137.8	Vícios do serviço	598
138	Decadência e prescrição no Código do Consumidor	599
138.1	Prescrição.....	599
138.2	Causas que suspendem ou interrompem a prescrição.....	600

138.3 Decadência	600
138.3.1 Prazo máximo para o aparecimento do defeito ou vício – critério da vida útil...	603
138.4 Suspensão da decadência.....	604
Capítulo XVII – A Cláusula de Não Indenizar	607
139 Conceito	607
140 Denominação	607
141 Diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar	607
142 Fundamento.....	608
143 Limites.....	608
143.1 A ordem pública.....	609
143.2 Dolo e culpa grave	610
143.3 Elemento essencial do contrato	612
143.4 Limitações legais	613
144 Conclusões.....	614
Capítulo XVIII – Influência da Sentença Criminal sobre o Juízo da Reparação	615
145 Tema polêmico	615
146 Efeitos da sentença penal condenatória	616
147 Unidade da falta e variedade de consequências.....	616
148 A sentença penal absolutória.....	618
148.1 Sentença absolutória fundada em prova da inexistência do crime ou da autoria	618
148.2 Sentença absolutória fundada em falta de prova	619
148.3 Sentença absolutória por motivo peculiar do Direito Penal	620
148.4 Sentença absolutória fundada em excludente de ilicitude	621
148.5 Sentença absolutória do Júri.....	621
149 Sobrestamento do processo civil.....	624
150 Repercussão da sentença penal na esfera administrativa	625
Bibliografia	627
Índice Alfabético-Remissivo.....	635